



ARQUIVO PÚBLICO DE ARACAJU-SE: novas narrativas sobre modernização.

CHAVES, CAROLINA M. (1); LIMA, LUCAS R. (2)

1. Universidade Federal de Sergipe. Professora Assistente do Departamento de Arquitetura e Urbanismo.
Praça Samuel de Oliveira, 1 - Centro, Laranjeiras - SE
carolinamchaves@gmail.com
2. Universidade Federal de Sergipe. Aluno PIBIC/PICVOL do Departamento de Arquitetura e Urbanismo.
Praça Samuel de Oliveira, 1 - Centro, Laranjeiras - SE
lucasfreire201290@gmail.com

RESUMO

A excepcionalidade da experiência moderna no Brasil extrapola o eixo hegemônico SP-RJ e marca a cena urbana das principais capitais do país que estava em acelerado processo de modernização, com uma população urbana que crescia em importância e ajudava a construir a cidade erguendo novas construções ou reformando o que possuía dentro de um repertório de formas modernas que demonstra o alcance geográfico e simbólico da arquitetura moderna brasileira. Dentre as muitas capitais brasileiras que respondem ao exposto acima, esta comunicação se concentra na cidade de Aracaju (SE) e busca revisar e ampliar a atual narrativa sobre seu processo de modernização e a introdução de um vocabulário moderno nos projetos residenciais a partir do levantamento de fontes primárias, dentre as quais o acervo documental de projetos do Arquivo Público de Aracaju tem revelado importantes dados novos sobre a modernização das construções e da paisagem urbana da cidade de Aracaju. A pesquisa do material correspondente às décadas de 1940 e 1950 tem permitido compreender o processo de recepção de uma linguagem projetual moderna em termos de forma, técnica e espacialidade, bem como a medida de modernização de fachadas, atualizando informações como autoria, data, responsáveis pelo projeto e execução, além do quantitativo de obras. Trata-se, por fim, dos resultados preliminares de um projeto de pesquisa em andamento, mas que já nos permite desenvolver novas análises e inferir novas considerações sobre o tema da difusão da arquitetura moderna no Brasil e o processo de modernização da cidade de Aracaju em meados do século XX, momento em que a história local é também parte da história nacional.

Palavras-chave: Arquitetura Moderna, Arquivo Público , Aracaju.

Aracaju Moderna: traços do nascimento?

Nascida por decreto, a nova capital do Estado de Sergipe foi inaugurada em 1855, mas é apenas cerca de 15 anos após sua fundação que esse território inicia um processo de ocupação regular com a construção de residências e alguns prédios públicos. Os primeiros traços urbanos mostram a implantação de uma retícula regular com 32 quadras medindo 110x110 metros, um tabuleiro que ficou conhecido como quadrado de Pirro (referência a Sebastião José Basílio Pirro, um dos responsáveis pelo traçado urbano), do qual estavam excluídas as classes menos favorecidas. Foram previstas, naquele momento, áreas de expansão Norte, Sul e Oeste. O período entre 1855 e os primeiros anos do século XX marca o momento de fundação e implantação da cidade, cujo crescimento se fez de forma lenta muito devido às precárias condições de infraestrutura urbana e insalubridade para implantação das novas moradias, em particular das classes mais abastadas.

O traçado ortogonal como marca de nascença, interpretada por alguns como recurso prático para uma implantação rápida, aporta em si aspirações a partir da representação do progresso, de projeções para futuro da nova cidade que deixava no continente sua herança colonial. Para Silva (2014, p.102), “não se pode deixar de considerar a simbologia da escolha de um sistema ortogonal, na qual se insere a noção de progresso, e não apenas de pragmatismo”. A arquitetura dessa nova vida urbana apoia-se na incorporação de uma linguagem neoclássica que se manifesta em linhas simplificadas e limitada a alguns elementos compositivos (frontões triangulares e arcos plenos em algumas aberturas) e o estilo neogótico, provavelmente chegando em Sergipe via Bahia – não apenas Aracaju, mas São Cristóvão e Laranjeiras (importante cidade até a transferência da capital).

De certo, o processo de consolidação da ocupação da cidade de Aracaju e sua afirmação como capital do Estado de Sergipe acontecerão na primeira metade do século XX e esse período ainda pode ser analisado sob duas fases. Para Silva (2014) essa consolidação e afirmação acontecem entre 1900 e 1960, sendo esse período subdividido em duas fases: “1ª 1900-1930: investimentos públicos e melhoramentos urbanos” e a “2ª 1930 e 1960: crescimento à margem do poder público”.

No início do século XX, durante as três primeiras décadas desse século, o ritmo de ocupação acelera acompanhado de importantes obras de abastecimento de água e outras infraestruturas urbanas e equipamentos públicos necessários que estimulavam a fixação das classes mais abastadas na cidade, o que desperta o maior interesse do poder público sobre a cidade de Aracaju que se revela “em um projeto de modernização a partir de

intervenções públicas que consistem basicamente na remodelação do sistema viário e na implantação de uma moderna infraestrutura urbana e de novas instituições” (Silva, 2014, p.116). A arquitetura que marca essa fase de ocupação e transformação urbana é o Ecletismo, estilo que representou importante momento de remodelação estética da cidade nos anos 1920 (comemoração do centenário de emancipação política de Sergipe, separado da Bahia desde 1820), “quando se procurou dar feição moderna para a cidade e torná-la o ‘cartão de visitas’ do desenvolvimento de Sergipe” (Silva, 2014, p.118). Nesse momento, quem conduz o processo de modernização da cidade é o poder público, seja por ações modernizadoras urbanas ou arquitetônicas, o que se verá no período seguinte, 1930-1960, é a junção da iniciativa privada com o poder público, este diminuindo seus raios de atuação e intervenção.

A intenção em construir uma cidade moderna alcança, após os anos 1940, a classe média-alta como agentes de transformação da paisagem urbana que age na construção dessa cidade moderna como sujeito ativo e participantes dos processos políticos e econômicos dessa sociedade. Entre 1930 e 1940 os ares de modernidade apresentam-se através de obras *art-déco*, destacadas a partir da atuação de Herman Otto Wilhelm Arendt von Altenesch, um alemão cujo repertório construtivo era sem si bastante eclético mas que “foi no ‘estilo déco’ que ele melhor se expressou, construindo e concebendo obras de importância ímpar no processo de modernização da cidade” (Nery; Santos, 2007, p.239).

O repertório de traços de uma arquitetura moderna passa a ser visto na cidade a partir de 1950, mais especificamente, a partir de meados dessa década. Para alguns, o processo de recepção dessa nova linguagem (feitas as adaptações necessárias frente ao contexto cultural e técnico-construtivo da época e do lugar) se fez a partir do desejo de acompanhar o que estava vindo de fora, ou seja, de outros centros urbanos importantes, em especial Rio de Janeiro e Bahia. Nesse quadro, o que mais nos interessa perceber é que nesse momento o de “fora” está, na verdade, dentro e será expresso na adoção de elementos da identidade nacional expressa nas realizações da arquitetura moderna brasileira. Assim, estamos falando do processo amplo e nacional que marcou a difusão da arquitetura moderna no Brasil e que, a nos, cabe tentar compreender os meandros e as vicissitudes desse processo como fato e materialidade histórica. A década de 1960 foi o período mais expressivo dessa difusão, ao passo que também registra importantes mudanças de direção que marcará a prática arquitetônica na década seguinte, falamos particularmente dos anos que se seguem ao Golpe Militar.

Portanto, nas décadas de 1950 e 1960 em Aracaju a modernidade tinha formas prismáticas, volumes suspensos por colunas circulares, delgados pilares metálicos, pilares em “V”, telhados invertidos tipo borboleta, lajes planas e esboçada rebater na vida cotidiana o racionalismo do projeto moderno. Mas, desde já ressaltamos que essa experiência extrapola a ação do Estado e as classes abastadas mostrando a democratização do desejo e do ímpeto em ser/parecer ser moderno.

Excepcionalidade da Arquitetura Moderna Brasileira

Investigar de que forma a arquitetura moderna brasileira foi recepcionada e produzida em Aracaju é o tema desta comunicação e insere-se em um grupo de trabalhos dedicados a compreender os processos de difusão da arquitetura moderna brasileira em território nacional a partir dos anos 1940, extrapolando o eixo hegemônico RJ-SP. Esses trabalhos, mais numerosos a partir dos anos 1990, procuram revelar o alcance dessa arquitetura em território nacional, formas de apropriação de uma linguagem formal, as adaptações necessárias em um país de tão vastas dimensões e de ritmos diversos de desenvolvimento social, cultural e técnico.

As peculiaridades desse processo, em particular no norte e nordeste do Brasil, apontam “os conflitos e os dilemas que a própria arquitetura moderna enfrentou ao longo do século XX” (Moreira, 2007, p.8). Ainda segundo Moreira (2007, p.8),

Ela [arquitetura moderna] teve de lidar com a diversidade: diversidade de programas, de lugares e de culturas. Seus aspectos universalizantes tiveram de dialogar com heranças históricas, práticas vernaculares de construção e continuidades clássicas. Tiveram ainda de se inserir em sociedades muito antigas, algumas delas em rápido processo de modernização e desejosas de símbolos de afirmação nacional.

Este último aspecto – “algumas delas em rápido processo de modernização e desejosas de símbolos de afirmação nacional” – aplica-se às principais capitais do nordeste brasileiro que passam por rápido processo de modernização em meados do século XX, para o qual era imperiosa a adoção de símbolos de progresso e desenvolvimento que afirmassem uma identidade nacional, a qual estava irremediavelmente vinculada ao vocabulário moderno da arquitetura brasileira. Para Lara (2005b) e Martins (2009), a excepcionalidade da produção moderna brasileira, para além das obras paradigmáticas, deve ser analisada em nível nacional reconhecendo a “extensão quantitativa dessa produção” (Lara, 2005b).

Andando ao redor dos bairros residenciais nas principais cidades brasileiras, não se pode deixar de notar uma repetição de certos elementos arquitetônicos nas fachadas. Os telhados se inclinam para dentro; lajes de concreto flutuando sobre a entrada, apoiadas em esbeltas colunas de metal; cerâmicas em tons pastéis (em formato de pastilha ou azulejo) compondo com brise-soleils ou elementos vazados que propiciam sombra, privacidade e ventilação. (Lara, 2005b).

Um passeio pela cidade de Aracaju também revela – hoje menos que em anos anteriores pela acelerada transformação/demolição dessas obras que vão dando lugar a novos empreendimentos atendendo à nova dinâmica da cidade agora nas primeiras décadas do século XXI – os mesmos elementos mencionados pelo autor, o que é válido para outras capitais como João Pessoa (PB) cujas aproximações com a cidade de Aracaju (SE) foram analisadas em outra comunicação (Chaves, 2016) que buscou analisar a recepção desse novo repertório de formas arquitetônicas à construção de uma cidade que se queria reconhecer moderna.

De certo, o exposto não está limitado às capitais nordestinas, mas expresso em território nacional como nos permite perceber os trabalhos sobre as expressões da arquitetura moderna em Florianópolis/SC (Alberton, 2006), Campo Grande/MT (Arruda, 2003) e Belém/AM (Chaves; Dias, 2015). Esses trabalhos trazem em comum a atenção voltada a uma produção, em muitos casos, não erudita, mas que denuncia a força do modernismo nacional e que Lara (2005a) aborda através do termo “modernismo popular”, também vista em Aracaju, embora pouco revelada e analisada até o momento. No caso de Aracaju, a pesquisa no Arquivo Público está sendo fundamental para conhecer essa produção, em boa parte já ausente da paisagem urbana, que ajuda a compreender o processo de modernização incorporado pela população de classe média-baixa.

A atual narrativa sobre a Arquitetura Moderna em Aracaju encontra-se articulada entre os trabalhos de quatro autoras principais: Juliana Nery (2003, 2007), Izabela Santos (2011) e Josinaide Maciel (2013) e, ainda que não diretamente, Márcia Góis (2008). Primeiramente, é importante ressaltar o pioneirismo e o mérito desses trabalhos, em particular o trabalho iniciado pela Prof^a. Juliana Nery com alunos de graduação, entre os anos de 2002 e 2003, que consistiu em ir a campo para identificar e registrar obras de arquitetura moderna na cidade de Aracaju, estando os demais trabalhos vinculados direta ou indiretamente a este primeiro levantamento, que segundo a própria pesquisadora seria capaz de “fornecer subsídios suficientes para uma primeira aproximação da arquitetura residencial modernista em Aracaju” (Nery, 2003).

Dentre as dificuldades identificadas por Nery (2003, p.4) está “a falta de arquivo organizado contendo o registro na prefeitura dessas construções” e “a falta de informações sistematizadas sobre essa produção”. Passados 14 anos da publicação desses primeiros resultados podemos contar com o acesso ao acervo documental do Arquivo Público de Aracaju – mesmo que apresentando importantes lacunas e ainda necessitando de melhor organização – e a contribuição dos trabalhos de investigação realizados por Santos (2011) e Maciel (2013) que conseguiram avançar na complementação de algumas informações – mais sobre as obras do que sobre novos aportes acerca do processo de modernização da cidade de Aracaju.

Esses trabalhos compartilham uma linha narrativa que aponta para os mesmos personagens e as mesmas obras, que podem ser consideradas paradigmáticas no contexto aracajuano por apresentarem um relatório formal, técnico e espacial de certa maturidade, de autoria de engenheiros, construtores locais ou desenhistas, cuja clientela era uma classe média-alta (residências) ou o Estado (Edifício Walter Franco, 1957; Hotel Palace, 1962; Terminal Rodoviário Luiz Garcia, 1962)¹. Destaca-se nesses textos o marco simbólico do primeiro edifício alto de Aracaju, o edifício Atalaia (1957-58), que marca de forma singular a paisagem de alturas médias de uma das principais avenidas da cidade, a Av. Ivo do Prado.

Em entrevista realizada em 30/08/2017, o Eng. João Machado Rollemberg revela a parceria com o Eng. Rafael Grimaldi (colega de turma na Politécnica da Bahia) para idealização e construção do edifício Atalaia, primeira obra realizada por incorporação, também pioneira em apresentar solução técnica que viabilizasse a construção de um edifício de 10 pavimentos em terreno alagadiço, o que se acreditava impossível. Dentre as soluções destacadas por Rollemberg (2017) estão a adoção do pilar em “V” no pavimento térreo e do peitoril ventilado. A referência ao pilar em “V” reafirma um conjunto de recursos técnico-formais signos da modernidade e da identidade nacional, que já está registrado em projeto de uma residência aprovada, embora o saber técnico não tenha sido o suficiente para levar a cabo o desejo projetual (Figura 4).

No entanto, para além do pioneirismo dessa obra e da forte carga simbólica que traz consigo o edifício alto, essa experiência não pode ser destacada como marco inaugural, mas antes disso deve ser vista como o fechamento de uma década (1950) ao longo da qual muitos proprietários reformaram as fachadas de suas residências em uma clara tentativa de modernizá-las ou construíram novas residências incorporando elementos novos à linguagem

¹ As informações dessas obras baseia-se no trabalho de Nery (2003) e Santos (2011).

construtiva local a partir da adoção de telhados de uma água (movimentando as cobertas e eliminando as cumeeiras), delgados pilares metálicos, sequencia de pequenos orifícios circulares para ventilação, eliminação de adornos, geometrização de elementos compositivos – este último também marcado pela experiência de obras em estilo Art Déco na década de 1930 e 1940 – e a adoção de telhados invertido conhecidos como ‘borboletas’.

No espaço urbano as novas residências modernas revelam o processo de consolidação do eixo de expansão sul da cidade, através da ocupação dos bairros São José e 13 de Julho – bairros de classe média-alta – onde também estão localizadas importantes obras públicas e o primeiro edifício alto da cidade, enquanto as casas cujas fachadas foram “modernizadas” trás a tona nesta narrativa as classes mais baixas, os bairros da zona Norte e Oeste da cidade (Cirurgia e Centro). Segundo Nery e Santos (2007, p.239),

Enquanto as classes menos favorecidas se instalavam, em especial, na região oeste (quase sempre desprovida de infra-estrutura), seguindo o eixo rodoviário, as famílias mais abastadas seguiam a direção do vetor sul. Nessa região, a prefeitura disponibilizou a venda de lotes urbanizados, dotados de infra-estrutura, onde a elite construiu suas casas.

O trabalho de Santos (2011) registrou em fichas um total de 05 residências datadas na década de 1950 (distribuídas pelas Av. Ivo do Prado, R. Vila Cristina e Av. Beira Mar) e 09 residências datadas na década de 1960 (todas no bairro São José). No entanto, um número tão restrito de residências representa apenas um pequeno recorte da histórica urbana de uma cidade que passa por um rápido crescimento populacional fortemente vinculado a transferência de grande parte da população no campo para cidade e a gradativa ascensão da classe média. Dessa forma, para revisar e ampliar essas informações, e em busca de novas narrativas, é fundamental o retorno às fontes primárias dentre as quais o acervo documental do Arquivo Público de Aracaju foi o ponto de partida eleito e cujos resultados preliminares serão discutidos a partir de agora.

Arquivo Público como ponto de partida para revisão

Além do aspecto já relevado anteriormente, a leitura desses textos revelou alguns dados conflitantes seja quanto a data e autoria de projetos, com relação a quantitativos de obras modernas que não foi possível identificar² *in loco*, além de apontar para a necessidade de aprofundar o conhecimento a cerca do processo de modernização arquitetônica e sua

² As razões para isto são as mais diversas e uma das principais é a acelerada destruição desse patrimônio alvo da especulação imobiliária.

relação com a produção da cidade, quando os textos analisados direcionam atenção na ocupação dos bairros de classe média-alta abordando apenas parte dessa produção moderna. Para aprofundar os aspectos mencionados anteriormente iniciou-se pelo acervo de projetos aprovados pela Prefeitura de Aracaju nas décadas de 1940 e 1950³ – sobre o primeiro período, são poucos os registros disponíveis (10 projetos); sobre o segundo, foram registrados 348 projetos de novas residências de um total de 688 projetos registrados.

O processo de registro desse material é uma das contribuições que a pesquisa pretende deixar, pois se constata perdas irreparáveis dentro do acervo não sendo possível, em muitos casos, localizar as pranchas completas do projeto (em alguns casos restaram apenas plantas; em outros, apenas uma perspectiva ou fachadas), sem contar o número expressivo de projetos que ainda podem ser identificados na cidade, mas que o projeto não consta no arquivo público. Dessa forma, trabalhamos com três categorias de material: a) Obra demolida com projeto no Arquivo Público (projeto completo ou incompleto); b) Obra existente com projeto no Arquivo Público (projeto completo ou incompleto); c) Obra existente sem projeto no Arquivo Público. Além da digitalização das pranchas de projeto está sendo sugerida a reorganização do acervo de modo a facilitar a busca e, conseqüente, localização no acervo e sua conservação. Por outro lado, mesmo diante das perdas, que afeta fortemente a leitura sobre as construções da década de 1940 – por tal razão não aprofundaremos nessa década – o acervo registrado da década de 1950 revela alguns dados novos que serão expostos adiante.



Figura 1: À esquerda, superior, Res. a R. Campos, 1954 (Proj. e Const. José Steremberg / Desenho Jaime Santos) e, inferior, Res. Francisco Teixeira, 1954 (Desenho Jaime Santos); Res. Osman da Silva Buarque, 1954 (Eng. Clóvis Sazaro Vieira/ Const. João Alves Ltda. / Desenho Walter Feire Barros).

A análise dos projetos aprovados pela Prefeitura de Aracaju na década de 1950 permitiu identificar o ano de 1954 como um momento no qual os projetos de algumas residências passam a apresentar elementos compositivos novos como o telhado borboleta e telhados

³ A pesquisa ainda prevê o levantamento dos projetos aprovados nas décadas de 1960 e 1970, portanto, apresentam-se nesta comunicação os resultados parciais de um projeto em andamento, mas que já trouxe informações relevantes e inéditas.

com uma só água, dentre os anos de 1950 e 1953 nenhum projeto com essas soluções de coberta foi encontrado. Ilustram esse fato duas residências aprovadas em Maio de 1954 (Figura 1, à esquerda). Em novembro de 1954, o projeto para Res. Osman Buarque (Figura 1, à direita) tem o mesmo recurso da coberta borboleta, volumes prismáticos, fina marquise de concreto e delgado pilar metálico de canto. Nas três residências é evidente a tentativa de composição volumétrica a partir do prisma e da forma trapezoidal.

Esse material ajuda a perceber a força identitária da produção de arquitetura moderna brasileira, confirmando o que apontou Martins (1999, p.20) quando afirmava que

Qualquer um que ande por uma cidade de tamanho médio no Brasil, encontrará, sempre e quando a intensa especulação imobiliária não os tenha derrubado, bairros residenciais construídos nos anos cinquenta onde são identificáveis inúmeras casas 'a la' Niemeyer: pilotis em V, telhados com tesouras invertidas, a elevação do primeiro pavimento para permitir uma rampa em curva, um infalível jardim de pedras roladas 'a al' Burle Marx, etc. Claro que não são obras de Niemeyer e, em sua maioria, nem se quer de arquitetos.

A Res. Osman da Silva Buarque (1954) localiza-se à Rua Praça Gracho Cardoso, perpendicular a R. Vila Cristina, há poucos metros de uma quadra onde um número expressivo de residências modernas seria construído nos anos seguintes (Figura 2, mapa), a exemplo da Res. José Gonçalves(?)⁴, aprovada em outubro de 1955 e que foi considerada por Nery⁵ (2003) como “uma das primeiras obras a utilizar o vocabulário moderno em sua solução compositiva”, cuja notoriedade estaria na “solução em telhado borboleta e o volume da escada marcado com elementos vazados formando um desenho ameboide”. Assim, a residência localizada na equina da R. Vila Cristina com a R. Senador Rollemberg ratifica a incorporação de elementos provenientes de um vocabulário moderno com evidente destaque para o uso da forma ameboide definindo abertura na fachada norte preenchida com cobogó (Figura 2). Sobre a ficha técnica da obra ainda não foi possível identificar a autoria do projeto, no entanto é possível reconhecer o apoio técnico do Eng. Clóvis Sazaro Vieira, construção da firma João Alves Ltda. e desenho de Walter Freire Barros.

Ainda quando os bairros da zona Oeste, após Av. Eng. Gentil Tavares, era considerada área rural o projeto para uma “casa de campo” do Sr. Claudionor Reale a ser localizada na Av. Maranhão foi aprovado, em agosto de 1955, apresentando uma solução de implantação não

⁴ Pela grafia que está na prancha do projeto é o que se pode afirmar até o momento, esse projeto aparece em publicações anteriores com outra identificação, como em Nery (2003) no qual foi identificado como Res. José Francisco da Rocha, como ano da obra indica 1947 e não revela autoria.

⁵ No artigo publicado em 2003 essa residência foi identificada como sendo de propriedade de José Francisco da Rocha e datada de 1947.

vista em projetos anteriores cujo programa social e de serviços da casa estava organizado no volume térreo, enquanto o programa íntimo (quartos) posto em volume vizinho e elevado por pilotis. A separação entre os dois volumes, distintos ainda por seus resultados compositivos – caixa prismática de seção trapezoidal sobre pilotis e rasgo horizontal que marca a varanda correspondente a largura do volume; volume térreo marcado pelo telhado borboleta e uso de *brise-soleil* na fachada –, é marcada por um plano cego a ser construído com pedras. Nesse sentido, não se destaca apenas a adoção de um vocabulário compositivo moderno, mas um resultado plástico em diálogo com premissas funcionais e técnico-construtivas (Figura 3). O projeto dessa casa de campo, bem como a construção, tem assinatura de Milton Lima (não sabemos ao certo se arquiteto ou engenheiro). Em novembro de 1955 a Res. Augusto Barreto (Figura 2) foi aprovada para ser construída também na R. Vila Cristina, há um lote de distância da Res. José Gonçalves, projeto que se soma com os acima citados e insere, agora na paisagem urbana, cuja solução compositiva denuncia a preferência pelo volume prismático, o telhado invertido tipo borboleta e o recurso estrutural do pilar metálico em “V”, estando o programa organizado em dois pavimentos ficando o uso social e de serviço (diurno) no térreo e o 1º pavimento reservado ao uso íntimo (noturno).

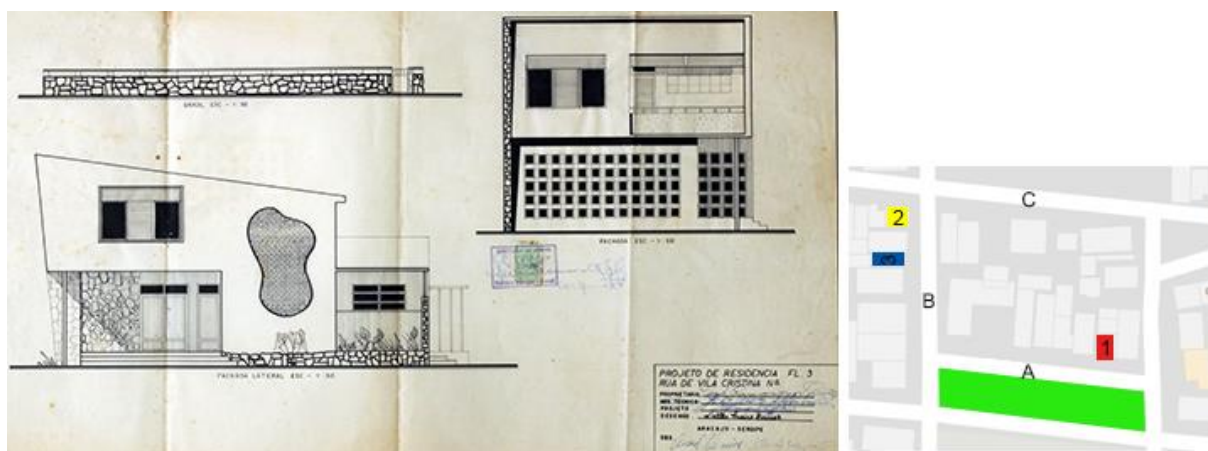


Figura 2: Prancha do projeto da Res. José Gonçalves(?), 1955. Fonte: Arquivo Público de Aracaju, editado pelos autores. Mapa com destaque da Praça Gracho e as ruas Vila Cristina (B), Praça Gracho (A) e Senador Rollemberg (C) e as residências Osman Buarque, 1954 (1), Res. José Gonçalves(?), 1955 (2) e Augusto Barreto, 1955 (3). Fonte: elaborado pelos autores.

Dentre os projetos de 1956 identificamos uma obra que foi objeto de análise mais cuidadosa, aprofundando investigações de fontes primárias e outros documentos para confirmar informações que modificam assertivas de trabalhos anteriores, mostrando mais uma vez a importância da fonte documental. Nos trabalhos de Nery (2003; 2007), Santos (2011) e Maciel (2013) há referência a uma importante residência moderna, demolida em 2006, tratada como sendo da família Melo (Walney e Maria Melo, segundos proprietários da

obra encomendada pelo empresário Osvaldo Marinho, dono da empresa de ônibus Bonfim). As autoras datam a casa como sendo de 1952, cujo desenho seria atribuído a Walter Freire Barros e a construção ao Engenheiro José Rollemberg Leite. No entanto, entre os projetos aprovados em 1956 encontramos as pranchas de uma residência na Praia 13 de Julho, proprietário Oneildo Tavares, projeto de Jorge de Oliveira Nestor e desenho de Antônio Fernão) aprovado em maio de 1956, cuja análise coincide em muitos aspectos com o levantamento feito nos anos de 2002-03 e 2004 (Santos, 2011).

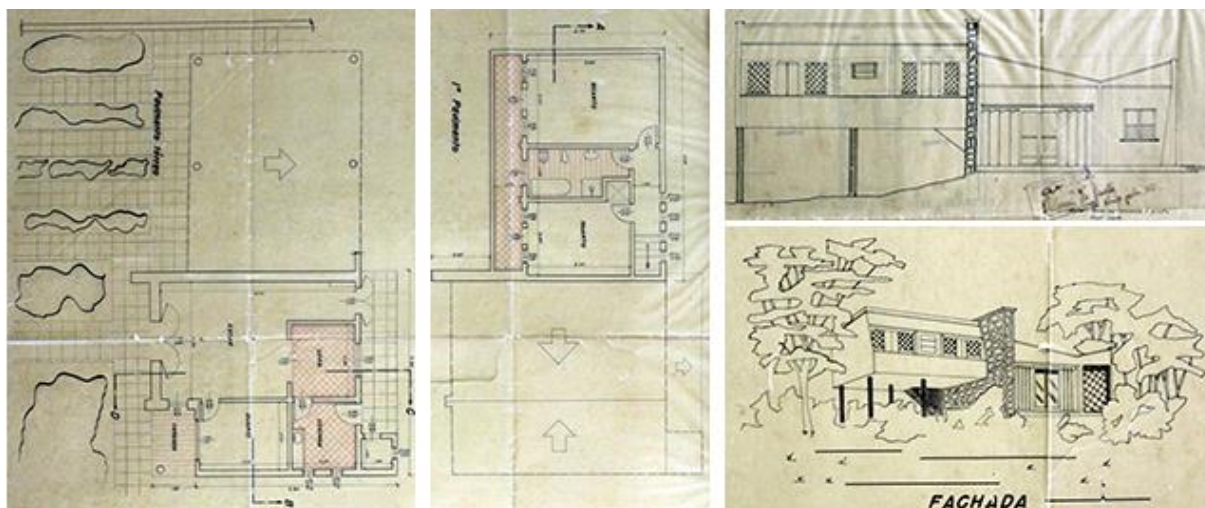


Figura 3: Projeto Casa de Campo Sr. Claudionor Reale, 1955. Da esquerda para direita, planta baixado Pavimento Térreo, planta baixa do 1º Pavimento e Fachada (superior) e Perspectiva (inferior). Fonte: Arquivo Público de Aracaju, editado pelos autores.

A aprovação do projeto em 1956, e não 1952, como se acreditava, ajuda a esclarecer que a casa considerada até então como uma realização pontual, um episódio isolado que só voltaria a se repetir com a mesma maturidade projetual na Res. Hora Oliveira (1957-58) e na Res. Ernani de Souza Freire (1956-58). Os elementos comuns a esses projetos – apontados ainda em alguns projetos no final dos anos 1955, em casos excepcionais – é a caixa prismática de seção trapezoidal apoiada sobre pilotis, a organização do programa com a separação dos usos social e de serviço (no pavimento térreo) e íntimo (no pavimento superior), este último orientado às melhores condições de captação de ventos (quartos para sul e leste) e vistas privilegiadas (as três residências estão em áreas privilegiadas, em frente ao Rio Sergipe).

A Res. Oneildo Tavares (Figura 4), “considerada uma das mais belas e arrojadas obras construídas na cidade naquele momento” (Nery, 2003). é composta por dois volumes articulados perpendicularmente. Implanta em um lote de generosas proporções e um programa requintado que incluía quadras, piscina semi-olímpica, sala de jogos e um imenso jardim com espelhos d’água (a forma ameboide é recorrente no paisagismo dos jardins das

casas modernas). O projeto encontrado no arquivo público refere-se apenas a casa. Quanto aos acessos, este pode ocorrer pela lateral (caminho de entrada do veículo), através de uma varanda apoiada por uma coluna central em forma de “V” – pelo que se representa no projeto essa coluna deveria ser metálica, porém, o levantamento feito nos anos 2000 mostra uma coluna “V” de concreto e uma angulação bem inferior ao proposto no projeto –, ou pela área do pilotis, a partir do caminho definido pela entrada de pedestres. Esse último espaço pode ser visto ainda como um espaço de transição do espaço da casa com a área de lazer. Assim, articulado pela escada localizada entre o pilotis e a sala de estar, a circulação íntima-social e social-serviço aconteciam com independência sem que houvesse encontros nesses percursos (Figura 4, plantas).

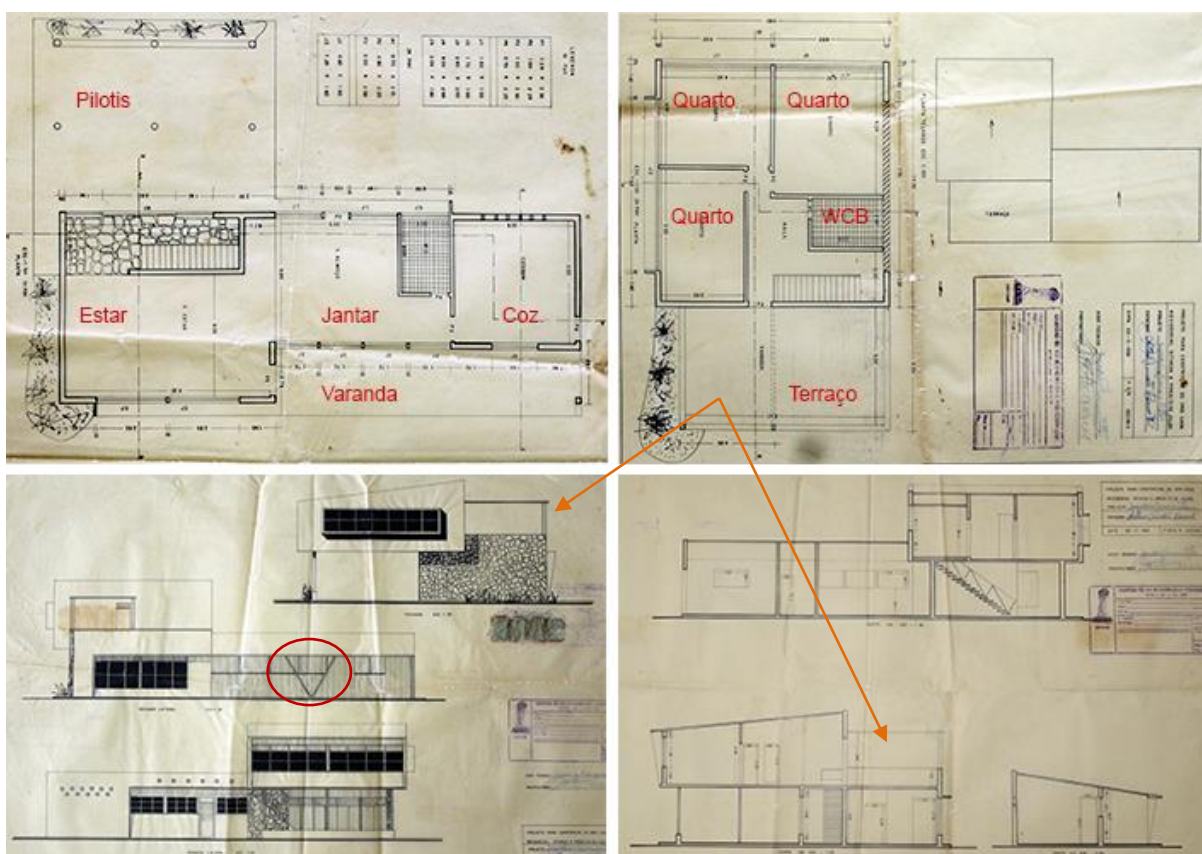


Figura 4: Pranchas do projeto da Res. Oneildo Tavares (1956). Planta pavimento térreo (superior esquerdo), Planta do 1º pavimento (superior direito), Fachadas (inferior esquerdo) e Cortes (inferior direito). Destaque circular para o pilar em “V” na varanda lateral da casa e em setas para área do terraço, posteriormente fechada para abrigar mais dois quartos. Fonte: Arquivo Público da Cidade de Aracaju, editado pelos autores.

Entre o projeto aprovado na prefeitura em 1956 e os levantamentos de 2002-03 e 2004, é possível identificar alterações no pavimento térreo (banheiro e cozinha) e no pavimento superior, que altera o volume projetado inicialmente fechando o terraço acima da sala de estar para construção de dois quartos. Sobre aspectos técnico-construtivos, as cobertas são representadas como lajes de concreto impermeabilizadas muito finas, no entanto, o que se

observou com os dados da obra construída foi a adoção de platibanda para encobrir telhas de fibrocimento, certamente uma adaptação técnica necessárias frente aos recursos de materiais e mão de obra.

Considerações Finais

Pelo exposto, o tema da arquitetura moderna em Aracaju e, por consequência, seu patrimônio moderno, para longe de estar esgotado, é um campo de investigação ainda repleto de possibilidades a partir de lacunas historiográficas que demandam, hoje, ampla busca documental.

O trabalho desenvolvido até aqui a partir dos projetos aprovados pela Prefeitura Municipal de Aracaju revela mais que novos projetos ou correções de datas a medida que identifica esses documentos como peças fundamentais para construção de uma novas narrativas sobre o processo de modernização da cidade de Aracaju e, imbricado a este, a consequente adoção de signos e símbolos novos que denunciasses uma dada modernidade de caráter nacional. Conta ainda de que maneira novas áreas urbanas vão sendo consolidadas em um momento de forte expansão urbana (bairros de classe média-alta e média-baixa e suas respectivas arquiteturas da modernidade). Recupera-se, então, a memória urbana de uma cidade cujo patrimônio edificado é carente de reconhecimento e valorização, portanto, vulnerável aos desejos e à lógica do mercado imobiliário.

Em 2005, Lara falava sobre a expectativa e o desejo de que a importância do nosso modernismo fosse reconhecível pelo público em geral, “bem como a necessidade urgente de sua preservação. E essa urgência é ainda maior no caso brasileiro, dada a extensão do nosso patrimônio moderno”. O autor advoga ainda pela ampliação das partes constitutivas desse patrimônio moderno para que não se limite aos edifícios projetados por arquitetos (produção erudita), “sob pena de deixarmos de fora parte significativa do ambiente construído nas décadas de 1940 a 1960, que integra o fenômeno da aceitação e divulgação do movimento moderno no Brasil”.

Cidades como Aracaju atendem exatamente ao exposto e o que temos pesquisado até agora vemos revelados sujeitos ocultos: clientes, profissionais da área da construção civil como engenheiros, construtores – recebem o título pela prática de ofício – e desenhistas, ao passo que também reafirma referências culturais externas comuns em cidades que não tinham escolas consolidadas. O vínculo com o Rio de Janeiro (capital federal até a década de 1950) e a Bahia é muito forte, locais onde se formavam os profissionais que atuavam na

cidade (médicos, advogados, engenheiros etc.) e com os quais se estabeleciam fortes vínculos culturais.

Por fim, uma cidade que desde o berço alimenta o desejo pelo novo, como poderá lidar com a passagem do tempo que ajuda a tecer histórias e forjar patrimônios? A dialética do moderno com seu próprio passado.

Referências Bibliográficas

ALBERTON, Josicler. *Influência modernista na arquitetura residencial de Florianópolis*. 2006. 102 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – PósARQ, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. A Popularização dos Elementos da Casa Moderna em Campo Grande – Mato Grosso do Sul. *In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL*, 5., 2003, São Carlos. *Anais...* São Carlos: Edusp, 2003.

CHAVES, Carolina. João Pessoa (PB) e Aracaju (SE): sobre processos modernização e Arquitetura Moderna. *Revista Thésis*, v. 2, n. 3, 2017. Disponível em <http://www.thesis.anparq.org.br>. Acesso em 16/10/2017.

CHAVES, Celma; DIAS, Rebeca. A construção da historiografia da arquitetura moderna na Amazônia: estudo da arquitetura residencial em Belém. *In: SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO ARQUITETURA E DOCUMENTAÇÃO*, 4., 2015, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Fórum Patrimônio, 2015.

GOIS, Márcia. *A verticalização em Aracaju: surgimento, desenvolvimento e estagnação do processo de verticalização no bairro centro da capital sergipana 1951/1991*. 2008. 195 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – FAUUSP, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LARA, Fernando. Modernismo Popular: elogio ou imitação? *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 12, n. 13, p. 171-184, dez. 2005a.

_____. Insustentável leveza da modernidade. *Revista Arquitectos*, ano 5. Fev. 2005b. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/05.057/500>. Acesso em: 15 out. 2017.

MACIEL, Josinaide. *Olhar aproximado para as residências Souza Freire e Hora Oliveira: bens modernistas de interesse cultural*. 2013. 270 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – FAUUFBA, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

MARTINS, Carlos. “Hay algo de Irracional...”. *Block: revista de cultura de la arquitectura, la ciudad y el territorio*. Universidad Torcuato di Tella, Argentina, n. 4, p. 8-22, dez. 1999.

MOREIRA, Fernando Diniz (org). *Arquitetura moderna no Norte e Nordeste do Brasil: universalidade e diversidade*. Recife: FASA, 2007. 392 p.

NERY, Juliana. Registros: As Residências Modernistas em Aracaju nas Décadas de 50 e 60. *In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 5.*, 2003, São Carlos. *Anais...* São Carlos: Edusp, 2003.

NERY, Juliana; SANTOS, Isabela. Expressão do moderno sergipano: as residências unifamiliares do bairro São José nos anos 1950 e 1960. *In: Arquitetura moderna no Norte e Nordeste do Brasil: universalidade e diversidade*. p. 237-257. Recife: FASA, 2007. 392p.

ROLLEMBERG, João M. Entrevista concedida no dia 30 de agosto de 2017. Aracaju-SE.

SANTOS, Isabela. *Arquitetura Moderna na Aracaju dos anos 40 a 70: Bairros Centrais*. 2011. 200 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – FAUUFBA, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SILVA, César Henriques Matos e. *Espaços públicos fortes: transformações do centro da cidade de Aracaju*. São Cristóvão: Editora UFS, 2014. 216 p.